De acordo com o art. 15, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, não é exigida a constituição formal do consórcio no momento da licitação, mas sim a comprovação de compromisso de constituição, por meio de documento público ou particular, subscrito pelas empresas consorciadas.

Isso significa, na prática, que durante a fase de habilitação, basta apresentar o compromisso de constituição do consórcio e que somente o licitante vencedor é obrigado a formalizar e registrar o consórcio (com contrato social e CNPJ, por exemplo), antes da assinatura do contrato administrativo com a Administração Pública.

Portanto, o contrato de constituição do consórcio deve ser entregue antes da assinatura do contrato com a CLDF, e não pode ser postergado para o momento da assinatura, uma vez que a formalização do consórcio é uma condição para a celebração do contrato administrativo.